

Impasse no BID deve ser superado

por Stephen Fidler
do Financial Times

Nos últimos três anos da pior década para a América Latina, como a classificou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a instituição ainda não conseguiu se encontrar. A exigência norte-americana de que os acionistas do banco tivessem direito de veto sobre os empréstimos deu margem a um planejado aumento de capital, contribuiu também para suscitar um clima de desânimo sobre o papel da instituição.

Enquanto a fuga de recursos dos países profundamente endividados atingiu quase US\$ 30 bilhões por ano, os empréstimos concedidos pelo banco em 1988 caíram para metade de seu pico, de US\$ 3,5 bilhões, atingido em 1984. Fundado em 1956, com o fito de canalizar recursos para o desenvolvimento da América Latina, o banco vinha recebendo mais, em juros e principal, da região, do que os empréstimos que concedia.

O banco contratou um grupo de estudo de alto nível, que, em dezembro último, anunciou suas conclusões: o BID havia "perdido seu espaço e justamente no momento em que sua assistência se fazia mais necessária, o banco simplesmente não se havia adaptado às necessidades da região".

Mas, no momento em que autoridades financeiras e banqueiros se reúnem em Amsterdã — neste final de semana — para a reunião anual dos 44 países-membros da instituição, constata-se, pela primeira vez em muitos anos, um clima de otimismo. Existem profundas esperanças de que, neste encontro, seja anunciada uma fórmula que permita aos Estados Unidos recuarem de suas objeções ao aumento de capital do BID.

Latinos cumpriram sua tarefa

Os países latino-americanos cumpriram uma tarefa notável, expandindo e diversificando suas exportações nos últimos dois anos. Mas "o peso da dívida continua a solapar a força econômica da região", afirma o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em seu relatório anual.

Segundo o organismo internacional, integrado por 44 países credores, os latino-americanos aumentaram em 1988 suas exportações em mais de 14%, pelo segundo ano consecutivo.

Apesar dessa tendência, porém, afirma o BID, os países latino-americanos, em seu conjunto, apresentaram uma taxa de crescimento econômico de apenas cerca de 1% no ano passado. E isso se traduz numa redução de 1% do PNB per capita, devido às taxas relativamente elevadas de crescimento populacional da região.

O enorme fardo da dívida externa dos países latinos continua minando-lhes a capacidade de importar mais e investir mais para vencer a crise econômica que assola esses países, prossegue o relatório anual do BID.

"O que há de particularmente desanimador nessa relação", prossegue o BID, "é a elevação das taxas de juros internacionais, que, no final do ano de

1988, estavam mais de 2 pontos percentuais mais altas que no início de 1987."

"É digno de nota que, se se mantiver um aumento de 2 pontos percentuais nas taxas de juros internacionais, isso implica uma cifra adicional de pagamentos de juros por parte dos países da região, equivalente, por baixo, ao valor de todo o café, banana, algodão e cacau exportados pela América Latina em 1987, e que perfaz US\$ 7 bilhões", conclui o relatório do BID.

Segundo o documento — divulgado em Washington, antecedendo a reunião de Amsterdã —, vem ocorrendo um aumento nas exportações de manufaturas de países como o Brasil e o México, e a Argentina começa a participar dessa tendência.

"No entanto", diz o relatório, "houve uma considerável diversificação nas exportações de matérias-primas e produtos primários da América Latina, e diversos países estão aumentando suas exportações de frutas frescas, camarão e outros tipos de pescado, com o fito de arrecadar moedas fortes." O BID destacou ainda que, em 1988, houve significativa recuperação no preço das matérias-primas e produtos primários latino-americanos, fora o combustível.

(AP/Dow Jones)

Uma das principais metas de Enrique Iglesias — ex-ministro de Finanças do Uruguai, e que no ano passado assumiu a presidência da instituição — tem sido romper o impasse entre os Estados Unidos e os principais acionistas latino-americanos do banco. Como medida preliminar, ele se lançou a um programa de reestruturação externa do banco e a uma reavaliação de sua orientação externa.

No cerne da disputa estava a insatisfação do governo Reagan com as operações do banco e sua política de empréstimos. E só se esses obstáculos forem superados os Estados Unidos vão pedir ao Congresso fundos para a recapitalização da entidade.

A discórdia poderia ser

resumida ao pleito dos países credores, entre eles os Estados Unidos, com 34,5% dos votos, pelo direito de veto sobre as decisões de empréstimo. Tal compromisso, que agora parece próximo, lhes daria um poder de adiamento, mas não um veto absoluto.

Esse compromisso ficou mais próximo depois da reunião mantida em Washington, na última segunda-feira, entre David Mulford, responsável pelos assuntos internacionais do Tesouro americano, e representantes do Brasil, da Venezuela, do México e da Argentina, que respondem conjuntamente por 36,9% das ações do banco.

Um acordo abriria caminho para um aumento de US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões no capital resgatável

entre os anos de 1990 e 1993, o que permitiria ao banco triplicar seus empréstimos, em relação ao patamar de 1988, nos próximos dois a três anos, segundo afirmou Iglesias numa entrevista concedida em Washington no mês passado.

Isso permitiria ainda ao banco, tradicionalmente um financiador de projetos, conceder empréstimos relativos a estratégias, fixando-se em setores específicos da economia.

O atual capital resgatável do banco é de US\$ 34 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões estão integralizados. Tradicionalmente, a instituição só empresta ante o capital resgatável subscrito pelos países com margem de crédito três vezes maior.